

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, nos termos da Resolução nº 018/2019-TRE/RN, de 18 de setembro de 2019, alterada pela Resolução nº 109/2023-TRE/RN, de 10 de agosto de 2023, comunica que estarão abertas as inscrições para selecionar estudantes de Cursos de Pós-Graduação na área de Direito Civil e Processo Civil, Penal e Processo Penal, Eleitoral, Constitucional e Público, para preenchimento de vagas do Programa de Pós-Graduação nas Zonas Eleitorais do interior do Estado do Rio Grande do Norte, especificadas no Anexo I e cadastro reserva especificadas no Anexo II, nos termos do EDITAL abaixo:

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1 PERÍODO: 15 a 21/01/2024;

1.2 LOCAL: As inscrições serão realizadas por intermédio do e-mail: estagio@tre-rn.jus.br, com o assunto PROCESSO SELETIVO - PÓS GRADUAÇÃO - DIREITO/ZONA - NOME DO(A) CANDIDATO(A); anexando a ficha de inscrição cujo modelo segue no Anexo III do presente edital, bem como a documentação constante do item 2;

1.3 HORÁRIO: 00h01min do dia 15/01/2024 às 23h59min do dia 21/01/2024;

1.4 A inscrição do(a) candidato(a) implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital;

1.5 O(a) candidato(a) será responsável por qualquer erro ou omissão quando do preenchimento do formulário de inscrição;

1.6 O(a) candidato(a) que preencher a ficha de inscrição com dados incorretos, ou que fizer quaisquer declarações falsas, inexatas ou, ainda, que não possa satisfazer as condições estabelecidas neste Edital, terá cancelada sua inscrição, sendo anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovada e que o fato seja constatado posteriormente;

1.7 A Seção de Gestão de Estágio, Adicionais e Teletrabalho (SEGEAT) somente receberá a documentação que estiver completa e legível, observando o que consta do item 2;

1.8 Não será permitida a inscrição fora do prazo estabelecido.

2. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INSCRIÇÃO - FASE I

2.1 Ficha de inscrição preenchida onde conste a conta de e-mail e número de *smartphone* com conta de *whatsapp*;

2.2 Certidão comprobatória de matrícula em curso de Pós-Graduação na área de Direito Civil e Processo Civil, Penal e Processo Penal, Eleitoral, Constitucional e Público, em Instituição de Ensino Superior regularmente credenciada no Ministério da Educação;

2.3 Certificado de conclusão da graduação em Direito;

2.4 Cópia do RG e do CPF;

2.5 Certidão de quitação eleitoral:

(<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);

2.6 Certidão Estadual de antecedentes criminais;

2.7 Declarações de que o(a) candidato(a) não se enquadra nas vedações de que trata o item 10, conforme modelo constante no Anexo VI;

2.8 Declaração quanto ao disposto no item 5.3.1, se couber.

3. DAS VAGAS

3.1 Serão disponibilizadas 18 (dezoito) vagas imediatas e 12 (doze) vagas para cadastro reserva;

3.2 As vagas disponíveis estão relacionadas no Anexo I deste Edital;

3.3 As vagas para cadastro reserva estão relacionadas no Anexo II deste Edital.

4. DA CARGA HORÁRIA

4.1 A carga horária será de 30 (trinta) horas semanais, a ser cumprida pelo(a) estudante dentro do horário de funcionamento do Cartório Eleitoral, das 08h às 14h, de segunda à sexta-feira.

5. DAS VAGAS RESERVADAS

5.1 Fica assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas, desde que as atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores o que, no presente edital, será aplicado nas seleções das Zonas que pertençam ao mesmo município e que possuam mais de (10) dez vagas ofertadas. Na situação em que a oferta de vagas for entre cinco e nove, ficará assegurada uma vaga para pessoas com deficiência;

5.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que, por sua vez, institui a Política Nacional para a integração das pessoas com deficiência;

5.2.1 Em caso de convocação, deverá a pessoa com deficiência indicar, se for o caso, os recursos especiais necessários para o desenvolvimento das suas atividades de estágio;

5.2.2 As(os) candidatas(os) com deficiência deverão apresentar, além dos documentos relacionados no item 2, laudo médico original ou cópia autenticada (emitido nos últimos 12 meses), que ateste a ESPÉCIE, GRAU ou NÍVEL de deficiência de que é portador(a), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), sob pena de concorrerem fora da reserva de vagas para pessoa com deficiência e passarem a figurar apenas na lista geral de candidatas(os);

5.3 Serão reservadas às(aos) candidatas(os) negras(os) o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas, o que, no presente edital, será aplicado nas seleções das Zonas que pertençam ao mesmo município e que possuam mais de (02) duas vagas ofertadas;

5.3.1 Poderão concorrer às vagas reservadas as(os) candidatas(os) negras(os) aquelas(es) que se autodeclararem pretas(os) ou pardas(os), conforme quesito de cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

5.3.2 A autodeclaração de que trata o item 5.3.1 deverá ser feita por meio de declaração e encaminhada anexa ao formulário de inscrição;

5.4 Presumir-se-ão verdadeiras informações prestadas pela(o) estudante no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

6. DA ENTREVISTA - FASE II

6.1 Para as vagas destinadas às Zonas Eleitorais, o processo seletivo será composto de uma entrevista *on-line*, realizada por três servidores designados pela Corregedoria Geral Eleitoral, de caráter eliminatório e classificatório;

6.1.1 A entrevista será realizada virtualmente, por videoconferência, no dia, horário e forma estabelecidos no e-mail convocatório, sendo excluído do processo o estudante que não estiver disponível para a entrevista no horário informado na convocação;

6.1.2 Para participar da entrevista, o estudante deverá possuir conta de e-mail e/ou *smartphone* com os aplicativos *google meet* e *whatsapp* instalados, bem como deverá estar disponível pelo menos uma hora antes do horário determinado para entrevista, a fim de receber o convite com o *link* de acesso à sala da videoconferência;

6.2 À entrevista realizada será atribuído um valor de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e o candidato deverá obter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos, sob pena de eliminação;

6.3 A entrevista abordará os conteúdos programáticos dispostos no Anexo V deste edital, bem como as experiências vivenciadas pelo aluno em sua vida profissional, se houver, e estudantil.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 A classificação dos candidatos será feita pela maior nota final obtida;

7.2 Em caso de empate dar-se-á prioridade na seguinte ordem, para fins de desempate:

a) à(ao) que tiver cumprido a maior carga horária referente à estrutura curricular;

- b) à(ao) estudante de instituição pública;
- c) à(ao) que tenha participado do Programa de Estágio do TRE/RN;
- d) à(ao) que apresentar comprovação de prestação de serviço à Justiça Eleitoral;
- e) à(ao) estudante que tiver a maior idade.

8. DOS RECURSOS

8.1 Os(as) candidatos(as) poderão protocolar recurso ao Edital, através do e-mail estagio@tre-rn.jus.br, com o assunto RECURSO - EDITAL PROCESSO SELETIVO PÓS - DIREITO/ZONAS - NOME DO CANDIDATO e dirigido à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, de acordo com os prazos descritos no cronograma constante do Anexo IV;

8.2 Em caso de provimento de recurso, será publicado novo edital na data prevista no cronograma constante do Anexo IV

8.3 Os candidatos poderão protocolar recurso ao Edital de Classificação, através do e-mail estagio@tre-rn.jus.br, com o assunto RECURSO - PROCESSO SELETIVO PÓS - DIREITO /ZONAS - NOME DO CANDIDATO, dirigido à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, de acordo com os prazos descritos no cronograma constante do Anexo IV

9. DAS VEDAÇÕES

9.1 É vedada:

- a) A contratação de estagiários pertencentes a diretórios de partidos políticos ou que exerçam atividades partidárias;
- b) A contratação de estagiários que possuam vínculo profissional, ou de estágio, com advogado ou sociedade de advogados;
- c) A contratação de estagiários que sejam policiais civis ou militares, titulares de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal e/ou ocupante de cargo integrante dos quadros de pessoal do Poder Judiciário;
- d) A contratação de estagiários que tenham sido eleitos para exercerem função em conselho tutelar.

10. DOS VALORES

10.1 O estagiário de Pós-Graduação que for contratado fará jus a uma bolsa no valor de R\$ 1.980,00 (mil novecentos e oitenta reais), acrescida do valor de R\$ 8,00 (oito reais) diários, referente ao auxílio-transporte a ser pago por dia de efetivo estágio;

10.2 Para efeito do cálculo da bolsa, será considerada a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias de ausências não justificadas.

11. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

11.1 O Edital com a lista de classificação será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, e no *site* do TRE/RN (endereço eletrônico: <http://www.tre-rn.jus.br/transparencia/gestao-de-pessoas/programa-de-estagio> na aba Estágio 2024), de acordo com o cronograma constante do Anexo IV;

11.2 Em caso de provimento de recursos interpostos, a publicação do novo resultado será na data constante do cronograma do Anexo IV, nos endereços eletrônicos relacionados acima.

12. A CONVOCAÇÃO PARA AS VAGAS EXISTENTES

12.1 Os(as) candidatos(as) classificados(as) dentro do número de vagas deverão comparecer à sede da Zona Eleitoral para as vagas de DIREITO/ZONAS no dia 19/02/2024, no horário das 08h às 13h nas zonas eleitorais, para entrega e recebimento de documentação e orientações pertinentes;

12.2 No caso de não comparecimento do candidato no período estabelecido no item 12.1, será convocado o candidato subsequente, observando-se, rigorosamente, a ordem de classificação;

12.3 Os candidatos classificados fora do número de vagas e os que concorrerem às vagas de cadastro reserva, serão convocados, oportunamente, quando do surgimento da vaga.

13. DA VIGÊNCIA

13.1 O Estágio de Pós-Graduação terá início em 01/03/2024, com término previsto para 19/12/2024.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Somente poderão concorrer às vagas de estágio para Pós-Graduação em Direito Civil e Processo Civil, Penal e Processo Penal, Eleitoral, Constitucional e Público, os(as) estudantes que estiverem regularmente matriculados(as);

14.2 Os(as) estudantes classificados(as) dentro do número de vagas deverão suspender seu registro junto à Ordem dos Advogados do Brasil durante a duração do programa de estágio;

14.3 Serão desclassificados(as) os(as) candidatos(as), cujas documentações, ao serem analisadas pela Seção de Gestão de Estágio, Adicionais e Teletrabalho, estejam incompletas e/ou ilegíveis;

14.4 A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentação, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o(a) candidato(a), anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração;

14.5 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumado o evento que lhe diz respeito, devendo, quaisquer modificações serem feitas exclusivamente por meio de Edital de retificação;

14.6 Somente serão aceitos os(as) estudantes que puderem se adequar ao horário de expediente das Zonas Eleitorais do Estado do Rio Grande do Norte;

14.7 Todas as etapas do processo seletivo obedecerão ao Cronograma do Anexo IV deste Edital;

14.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Natal/RN, 19 de dezembro de 2023.

Desembargador Cornélio Alves

Presidente

PROGRAMA DE ESTÁGIO - PÓS-GRADUAÇÃO

VAGAS EXISTENTES

ANEXO I

ZONAS ELEITORAIS - Pós-Graduação na área de Direito Civil e Processo Civil, Penal e Processo Penal, Eleitoral, Constitucional e Público.

ZONA ELEITORAL	VAGAS
005ª ZONA ELEITORAL DE MACAÍBA	01
013ª ZONA ELEITORAL DE SANTO ANTÔNIO	01
015ª ZONA ELEITORAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE	01
019ª ZONA ELEITORAL DE SÃO TOMÉ	01
022ª ZONA ELEITORAL DE ACARI	01
030ª ZONA ELEITORAL DE MACAU	01
032ª ZONA ELEITORAL DE AREIA BRANCA	01
036ª ZONA ELEITORAL DE CARAÚBAS	01
040ª ZONA ELEITORAL DE PAU DOS FERROS	01
045ª ZONA ELEITORAL DE APODI	01
046ª ZONA ELEITORAL DE CEARÁ-MIRIM	01
049ª ZONA ELEITORAL MOSSORÓ	01
051ª ZONA ELEITORAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	01
052ª ZONA ELEITORAL DE SÃO BENTO DO NORTE	01

053ª ZONA ELEITORAL DE TANGARÁ	01
054ª ZONA ELEITORAL DE ASSÚ	01
063ª ZONA ELEITORAL DE PORTALEGRE	01
068ª ZONA ELEITORAL DE SANTA CRUZ	01

PROGRAMA DE ESTÁGIO - PÓS-GRADUAÇÃO

CADASTRO RESERVA

ANEXO II

ZONAS ELEITORAIS - Pós-Graduação na área de Direito Civil e Processo Civil, Penal e Processo Penal, Eleitoral, Constitucional e Público.

ZONA ELEITORAL
010ª ZONA ELEITORAL DE CURRAIS NOVOS
011ª ZONA ELEITORAL DE CAICÓ
026ª ZONA ELEITORAL DE CAICÓ
031ª ZONA ELEITORAL DE CAMPO GRANDE
041ª ZONA ELEITORAL DE ALEXANDRIA
042ª ZONA ELEITORAL DE LUÍS GOMES
043ª ZONA ELEITORAL DE SÃO MIGUEL
044ª ZONA ELEITORAL DE MONTE ALEGRE
062ª ZONA ELEITORAL JOÃO CÂMARA
064ª ZONA ELEITORAL EXTREMOZ
065ª ZONA ELEITORAL PAU DOS FERROS
067ª ZONA ELEITORAL NÍSIA FLORESTA

ANEXO III - FICHA DE INSCRIÇÃO

DADOS PESSOAIS

NOME:
NOME SOCIAL:
NOME DA MÃE:
NOME DO PAI:
DATA DE NASCIMENTO: SEXO: ESTADO CIVIL:
NATURALIDADE: UF:
ENDEREÇO RESIDENCIAL:
CIDADE: UF: CEP: TELEFONE:
CELULAR COM CONTA DE WHATSAPP: E-MAIL:
CARTEIRA DE IDENTIDADE: ÓRGÃO EXPEDIDOR: UF: DATA DE EXPEDIÇÃO:
CPF:
TÍTULO DE ELEITOR:
IDENTIDADE DE GÊNERO:
PORTADOR DE DEFICIÊNCIA : () SIM () NÃO
RAÇA : () BRANCO () NEGRO () PARDO () AMARELO

D. CURRICULARES

INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

CURSO:
TIPO DA INSTITUIÇÃO: () PÚBLICA () PARTICULAR

() Autorizo que o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, em razão do processo seletivo para seleção de estagiários, disponha dos meus dados pessoais a fim de possibilitar a efetiva execução do certame e seus desdobramentos.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do candidato

ANEXO IV - CRONOGRAMA

EVENTOS	PERÍODOS
Publicação do Edital de abertura	08/01/2024
Recurso ao edital	11/01/2024
Publicação de novo edital, em caso de provimento de recurso	15/01/2024
Período de Inscrição	15 a 21/01/2024
Análise de documentação pela Seção de Lotação e Gestão do Desempenho	22 a 25/01/2024
Publicação do Edital de Classificação Fase I	29/01/2024
Recurso ao Edital de Classificação	30/01/2024
Edital de Classificação Final, em caso de provimento de recurso	01/02/2024
E-mail convocatório para entrevista - Fase II	02/02/2024
Entrevistas com os classificados - Fase II	05 a 08/2024
Publicação do Edital de Classificação	09/02/2024
Recurso ao Edital de Classificação	12/02/2024
Análise de Recursos ao Edital de Classificação	15/02/2024
Edital de Classificação Final, em caso de provimento de recurso	16/02/2024
Comparecimento à Zona Eleitoral dos candidatos classificados dentro do número de vagas, no horário das 08h às 14 horas, para entrega e recebimento de documentação e orientações pertinentes;	19/02/2024
Entrega de documentação e ASO	23/02/2024
Início do Estágio	01/03/2024

ANEXO V - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO

1. Disposições constitucionais republicanas no Estado brasileiro. O Estado federal brasileiro. Os entes federativos. Intervenção nos Estados.
2. A organização dos poderes. Os mecanismos de freios e contrapesos. O Poder Legislativo. O Poder Executivo. O Poder Judiciário.
3. O Poder Judiciário: disposições gerais. Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais. Tribunais e Juízes do Trabalho. Tribunais e juízes eleitorais. Tribunais e juízes militares. Tribunais e juízes dos Estados: organização e competência. Das funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia Geral da União, Procuradorias Gerais dos Estados, Municípios e Distrito Federal, Advocacia e Defensoria Pública. Natureza da função jurisdicional. As garantias do Poder Judiciário. Reserva de jurisdição e reserva de lei.

Súmula vinculante. Repercussão geral. Conselho Nacional de Justiça: história, composição, competência e funcionamento. Corregedoria Nacional. Normas relativas ao Poder Judiciário na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.

DIREITO ELEITORAL E DIREITO PENAL ELEITORAL

1- Direito eleitoral. Conceito. Fundamentos. Fontes e princípios. Interpretação. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

2 - Dos órgãos da Justiça Eleitoral. Do Tribunal Superior Eleitoral. Dos Tribunais Regionais Eleitorais. Dos Juízes Eleitorais. Das Juntas Eleitorais. Composição e atribuições. Do Ministério Público Eleitoral.

3 - Do Alistamento Eleitoral: ato e efeitos da inscrição, transferência e encerramento. Cancelamento e exclusão do eleitor. Do domicílio eleitoral.

4 - Direitos políticos. Perda. Suspensão. Sufrágio universal. Voto. Característica do voto. Do sistema eleitoral: Sistema majoritário e sistema proporcional.

5 - Do registro de candidatos. Elegibilidade e inelegibilidade. Impugnação de registro de candidatos.

6 - Da votação: atos preparatórios, início e encerramento. Dos lugares de votação, das seções eleitorais e das mesas receptoras. Da polícia e da fiscalização perante as mesas receptoras. Da apuração.

7 - Das impugnações perante as juntas eleitorais. Da proclamação e da diplomação dos eleitos.

8 - Dos recursos eleitorais. Pressupostos de admissibilidade. Efeitos e prazos. Recursos perante as Juntas e Juízos Eleitorais e Tribunais Regionais.

9 - Dos partidos políticos: registro e funcionamento partidário. Criação, fusão e extinção dos partidos políticos. Da filiação partidária. Fidelidade partidária. Das finanças e contabilidade dos partidos. Fundo partidário. Prestação de contas. Aspectos constitucionais, legais e éticos dos partidos políticos.

10 - Da propaganda eleitoral (resoluções do TSE). Do acesso gratuito ao rádio e à televisão. Propaganda partidária fiscalização. Pesquisas e testes pré-eleitorais. Direito de resposta.

11 - Da ação de impugnação de mandato eletivo. Da investigação judicial eleitoral. Do Mandado de Segurança.

12 - Dos crimes eleitorais. Conceito, natureza e classificação. Tipos previstos na legislação eleitoral.

13 - Do Processo Penal Eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Ação Penal. Competência em matéria criminal eleitoral. Rito processual penal eleitoral. Invalidação e nulidade de atos eleitorais.

14 - Lei nº 9.504, de 30.9.97 (Lei das Eleições), Lei nº 9.096/95, de 19.9.95 (Lei dos Partidos Políticos) e Lei Complementar nº 64, de 18.05.90.

15 - Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas Eleitorais.

16 - Democracia participativa. Instrumentos de participação popular. Plebiscito. Referendo.

17. Da competência criminal reconhecida pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Agravo Regimental no Agravo Regimental na Petição 6.694, em 03 de abril de 2018;

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de inscrição no processo seletivo para preenchimento de vaga do Programa de Pós-Graduação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, para atuação no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX/RN, que não me enquadro nas vedações abaixo discriminadas:

l. Ser pertencente a diretórios de partidos políticos ou exercer atividades partidárias;

m. Possuir vínculo profissional, ou de estágio, com advogado ou sociedade de advogados;

n. Exercer função de policial civil ou militar, titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal e/ou ocupante de cargo integrante dos quadros de pessoal do Poder Judiciário.